

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

ÂNGELA LÚCIA LIMA PROCÓPIO

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NAS AULAS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

GOIÂNIA
2021

ÂNGELA LÚCIA LIMA PROCÓPIO

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NAS AULAS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

Projeto de pesquisa apresentado para obtenção da nota na disciplina de Monografia II do Curso de Licenciatura em Educação Física da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sob a orientação da Prof^a. Clistênia Prudenciana Diniz.

GOIÂNIA
2021



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Av. Universitária, 1069 • Setor Universitário
Caixa Postal 86 • CEP 74605-010
Goiânia • Goiás • Brasil
Fone: (62) 3946.1021 | Fax: (62) 3946.1397
www.pucgoias.edu.br | prograd@pucgoias.edu.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

**ATA DA APRESENTAÇÃO DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Aos 8 dias do mês de dezembro de 2021 reuniram-se na sala de apresentação 2, às 9:00 horas, a Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:

Orientador(a): CLISTÊNIA PRUDENCIANA DINIZ

Parecerista: SONIA DE JESUS DA COSTA

para a apreciação do Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física –
LICENCIATURA, do Acadêmico(a):

ANGELA LÚCIA LIMA PROCÓPIO

Com o título:

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NAS AULAS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Que após ser apresentado recebeu o conceito:

A () B () C () D

Coordenação do Curso de Educação Física.

RESUMO

Esta monografia tem como título “A inclusão de alunos com deficiência auditiva nas aulas de educação física escolar do ensino fundamental”. O objetivo geral da pesquisa é analisar se o recurso de Libras é de fato oferecido e prestado pelas escolas e qual sua contribuição para o desenvolvimento e socialização das crianças surdas nas aulas de educação física. Os objetivos específicos, constatar se os professores de educação física têm conhecimento sobre deficiência auditiva e capacitação em Libras; verificar se as escolas apoiam os professores através de atualizações e formação contínua no processo de inclusão escolar para deficientes auditivos; averiguar se aplicação da linguagem de Libras realmente desenvolve e socializa a criança surda na aula de educação física. A partir da pesquisa de campo descritiva realizada por meio de um questionário desenvolvido especificamente para realização desse estudo, com um total de 14 questões fechadas de múltipla escolha, aplicado uma única vez e que foi respondido por 5 professores de educação física do ensino fundamental de 5 diferentes escolas públicas da região central de Goiânia, no estado de Goiás, concluímos que a maioria dos professores precisam de capacitação e as escolas devem apoiar esses professores principalmente em atualizações e formação contínua sobre Libras e novas práticas de ensino, para que inclusão escolar dos alunos com deficiência auditiva possa acontecer nas aulas de educação física do ensino regular.

Palavras chave: Língua Brasileira de Sinais; Professor de Educação Física; Alunos com deficiência auditiva; Inclusão escolar e Ensino fundamental.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	08
	REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
	CAPÍTULO I.....	10
1	Educação Física escolar no ensino fundamental	10
1.1	Histórico	10
1.2	Conceitos	11
1.3	Legislação LDB, PCNs e BNCC	12
1.4	Conteúdos, metodologias e as principais tendências e abordagens pedagógicas	13
1.5	A importância das aulas de educação física escolar no ensino fundamental	14
	CAPÍTULO II	15
2	Educação física escolar inclusiva no ensino fundamental	15
2.1	Histórico	16
2.2	Conceitos	16
2.3	Deficiências	17
2.4	Legislação do processo de inclusão no Brasil	18
2.5	Língua Brasileira de Sinais	20
2.6	A inclusão de alunos com deficiência auditiva nas aulas de educação física escolar	21
	CAPÍTULO III	22
3	O papel do professor de educação física no processo de inclusão de alunos surdos	22
3.1	Dificuldades e obstáculos enfrentados pelos professores na aplicação da linguagem de Libras nas aulas de educação física	23
3.2	Práticas pedagógicas utilizadas pelos professores na inclusão de alunos surdos	25
4	METODOLOGIA	26
4.1	Tipo de pesquisa	26
4.2	Sujeitos e amostra	26
4.3	Procedimentos, técnicas e instrumentos	27
4.4	Forma de análise dos dados	28
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	29

6	CONCLUSÃO.....	37
	REFERÊNCIAS	41
	APÊNDICE A - TERMO DE APRESENTAÇÃO	45
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	46
	APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC: Base Nacional Comum Curricular

EFPPS: Educação Física, Práticas Pedagógicas e Sociais

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais

MEC: Ministério da Educação

NEE: Necessidades Educacionais Especiais

PCN: Parâmetro Curricular Nacional

PNE: Plano Nacional de Educação

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é atualmente um dos maiores desafios que a escola estadual enfrenta e atinge boa parte dos alunos com deficiência auditiva, dificultando a aprendizagem e a compreensão das atividades trabalhadas e desenvolvidas especialmente nas aulas de educação física. Além disso, a situação do deficiente auditivo alcança uma quantidade significativa de alunos no ensino fundamental e é um dos obstáculos enfrentados pelos professores nas aulas de educação física, causando assim, além de dificuldades de desenvolvimento e socialização com alunos que não têm deficiências auditivas, até mesmo o fracasso escolar desses alunos.

Mesmo a deficiência auditiva sendo a terceira maior deficiência citada pelos brasileiros entrevistados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - dados do último censo realizado pelo IBGE), as escolas têm como base linguística a língua dos falantes nativos do país, o que prejudica a compreensão e a aprendizagem do aluno surdo.

Sendo assim, o recurso de Libras como ferramenta de inclusão escolar e o conhecimento adequado dos professores para aplicação da Língua Brasileira de Sinais se torna cada vez mais necessário para o desenvolvimento integral do aluno surdo em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social nas aulas de educação física.

Como desta forma a Libras como recurso de inclusão de crianças surdas no ensino regular, em especial nas aulas de educação física do ensino fundamental, em escolas estaduais da região central de Goiânia, no estado de Goiás.

Neste contexto, faço os seguintes questionamentos: Será que o recurso de Libras é de fato oferecido pelas escolas? Qual a contribuição da aplicação da linguagem de Libras para o desenvolvimento e socialização das crianças surdas nas aulas de educação física?

O objetivo geral da pesquisa é analisar se o recurso de Libras é de fato oferecido e prestado pelas escolas e qual sua contribuição para o desenvolvimento e socialização das crianças surdas nas aulas de educação física.

Foram delineados os seguintes objetivos específicos, constatar se os professores de educação física têm conhecimento sobre deficiência auditiva e capacitação em Libras; Verificar se as escolas apoiam os professores através de

atualizações e formação contínua no processo de inclusão escolar para deficientes auditivos; Averiguar se aplicação da linguagem de Libras realmente desenvolve e socializa a criança surda na aula de educação física.

Parte da hipótese que a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) pode ser uma ferramenta fundamental de inclusão para possibilitar o desenvolvimento e aprendizado escolar das crianças surdas no ensino regular, em especial nas aulas de educação física do ensino fundamental. Promovendo por meio de atividades físicas o desenvolvimento integral do aluno em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, social e proporcionando hábitos saudáveis e qualidade de vida futura.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados procedimentos que buscam dados diretamente da fonte, possibilitando conhecer a realidade na prática sob método da pesquisa de campo descritiva, por meio de instrumento cientificamente comprovado para a coleta de dados e análise dos fatos. Além disso, foram utilizados recursos materiais como artigos científicos, livros, revistas, dissertações, teses, leis, decretos e trabalhos de conclusão de curso.

A pesquisa estrutura em introdução, referencial teórico em 3 capítulos sendo que o 1º capítulo apresentamos Educação Física escolar no ensino fundamental, histórico, conceitos, legislação LDB, PCNs e BNCC, legislação da educação física escolar, BNCC, LDB e PCN, conteúdos, metodologias e as principais tendências e abordagens pedagógica e metodologias e a importância das aulas de educação física escolar no ensino fundamental. No 2º capítulo apresentamos educação física escolar inclusiva no ensino fundamental, histórico, conceito, deficiências, legislação do processo de inclusão no Brasil, língua brasileira de sinais, a inclusão de alunos com deficiência auditiva nas aulas de educação física escolar. Já no 3º capítulo apresentamos o papel do professor de educação física no processo de inclusão de alunos surdos, dificuldades e obstáculos enfrentados pelos professores na aplicação da linguagem de Libras nas aulas de educação física e práticas pedagógicas utilizadas pelos professores na inclusão de alunos surdos.

Ao final conclui-se que os objetivos foram atingidos e o problema foi respondido com a confirmação da hipótese de que a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) precisa ser mais conhecida, praticada e aplicada no ambiente escolar para que aconteça de fato a inclusão das crianças surdas no ensino regular, em especial nas aulas de educação física do ensino fundamental.

REFERENCIAL TEÓRICO

Capítulo I

1 Educação Física escolar no ensino fundamental

Mesmo sabendo que na atualidade as crianças entram na escola com conhecimentos e habilidades conquistadas no dia a dia, é na escola que a aprendizagem é sistematizada e organizada. Sendo a educação física escolar também responsável pelo processo de ensino e aprendizagem de conhecimentos e habilidades, até porque é o momento do desenvolvimento educacional que a criança tem para formar suas possibilidades básicas de movimentação corporal. Além do que, na primeira fase do ensino fundamental a criança está desenvolvendo e aprimorando suas habilidades individuais, além de estar desenvolvendo sua capacidade de relacionamento social. Com isso, é papel da escola nesse momento, oferecer oportunidades e possibilidades para que as crianças possam brincar e aprender movimentos corporais por meio de atividades lúdicas e dinâmicas, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento integral das crianças (TOLOCKA *et al.*, 2009).

1.1 Histórico

A Educação Física escolar no Brasil iniciou no período do Brasil Império, em uma época bastante conservadora para o país e eram guiadas por recomendações médicas. Inclusive os primeiros professores de educação física no Brasil foram os soldados que ensinavam as práticas da ginástica, pois inicialmente a educação física era denominada Ginástica. Já na primeira fase do Brasil República, ocorreu a criação de diversas escolas de Educação Física, que tinham como objetivo principal a formação militar. No entanto, foi na segunda fase do Brasil República, após a criação do Ministério da Educação e Saúde, que a Educação Física foi inserida na constituição brasileira por meio de leis que a tornam obrigatória no ensino secundário (Ramos, 1982). Nessa época, os métodos ginásticos desenvolvidos na Educação Física eram direcionados para os princípios anátomo-fisiológicos, buscando a criação de ser humano obediente, conformado e que não questionava a realidade brasileira.

Por outro lado, no período da ditadura militar, o governo usou a Educação Física como defesa ideológica, a partir do sucesso em competições esportivas de alto nível, tinha a finalidade de eliminar críticas e criar um ambiente que na teoria indicava crescimento e desenvolvimento no país (Darido e Rangel, 2005). Atualmente, a educação física está inserida em todas as escolas brasileiras, sem distinção de físico ou sexo. Além disso, a educação física tem um programa de aulas que contempla a prática de jogos, ginástica, desportos, danças e recreação. Com o objetivo de estimular os hábitos saudáveis de vida e o desenvolvimento do corpo e da mente. Contudo, a Educação Física vem se desenvolvendo no Brasil devido a alterações político-sociais e hoje em dia é considerada fundamental para a formação do cidadão Brasileiro.

1.2 Conceitos

Segundo Cavalaro e Muller (2009), a educação física tornou-se, depois de muitas lutas e da criação de leis regulamentadoras, uma vitória bastante significativa para os alunos, principalmente para as crianças do ensino fundamental. Pois, a metodologia nas técnicas do processo de ensino e aprendizagem ficaram ainda mais transparentes e evolutivas, com isso o processo de aprender ficou mais criativo e prazeroso para as crianças. Além disso, de acordo Pinto e Taveres (2010), o professor de educação física precisa desenvolver e agregar na sua aula atividades dinâmicas e experiências lúdicas e também atividades organizadas e planejadas que integrem disciplinas e conteúdos diferentes do que costuma se trabalhar na disciplina de educação física, possibilitando que se desenvolvam nos alunos suas capacidades psicomotoras e sociais. Logo, os professores de educação física não devem desenvolver sua aula levando em consideração apenas tecnicidades das diversas modalidades esportivas.

Ainda neste contexto, de acordo com o Coletivo de Autores (2012), a educação física é uma matéria que aborda nas escolas conhecimentos socioculturais produzidos pela sociedade, por meio de práticas corporais que são caracterizadas por jogos, esportes, danças, ginástica e luta. Assim, compreende-se que a educação física não leva em consideração apenas os fundamentos e técnicas dos esportes ou jogos. Pois neste processo de ensino e aprendizagem escolar, a disciplina de educação física envolve também o lado social e cultural, possibilitando especialmente

no ensino fundamental o desenvolvimento integral do aluno em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

1.3 Legislação LDB, PCNs e BNCC

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a educação física integrada à proposta pedagógica da escola é componente curricular da educação básica que corresponde aos níveis de ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio, adequando-se às idades e às condições da população escolar, não sendo obrigatória nos cursos noturnos. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96 estabelece que as instituições de ensino devem oferecer educação básica a crianças, jovens e adultos (BRASIL, 1996).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram produzidos pelo Ministério da Educação (MEC) com a finalidade de apoiar o trabalho dos professores das diferentes disciplinas do Ensino Fundamental e Médio. Em relação, ao Ensino Fundamental, os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam que a Educação Física nessa fase de ensino é essencial para os alunos, pois possibilita que esses alunos possam desenvolver habilidades corporais e ainda possam participar de outras atividades culturais como jogos, esportes, lutas, ginástica e dança, com finalidade de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções (BRASIL, 2001).

Esse documento, segundo Brasil (2001, p.15):

Traz uma proposta que procura democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área, buscando ampliar, de uma visão apenas biológica, para um trabalho que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos alunos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que estabelece as competências, as habilidades e as aprendizagens essenciais que os alunos precisam desenvolver em cada fase da educação básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Além disso, a BNCC também designa que essas competências, habilidades e conteúdos devem ser os mesmos, independentemente de onde os alunos moram ou estudam, buscando assim uma padronização do ensino dentro de todo ambiente escolar e fazendo com que o conteúdo que está sendo

trabalhado, esteja em um patamar que todos os alunos possam estar sendo contemplados em nível de conhecimento.

Nesse sentido, espera-se que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental. (BRASIL, 2017, p.8).

1.4 Conteúdos, metodologias e as principais tendências e abordagens pedagógicas

Atualmente a Educação Física brasileira é compreendida como uma disciplina que trata o conhecimento da cultura corporal relacionado a problemas sociais e políticos vivenciados pelos alunos, trabalhando de forma pedagógica na escola, temas como a ginástica, a dança, o esporte, o jogo e a brincadeira (Darido e Rangel, 2005). Os conteúdos e as metodologias da disciplina de Educação Física apresentam-se como objetos de ensino e aprendizagem, o que possibilita que os alunos do ensino fundamental possam vivenciar de fato o que é desenvolvido e oferecido pelos professores no cotidiano escolar.

As principais tendências pedagógicas da Educação Física encontradas na literatura são: Higienista (até 1930) - possuía como preocupação principal os hábitos de higiene e saúde, valorizando tanto o desenvolvimento físico quanto o moral, através de métodos orientados por médicos; Militarista (1930 - 1945) - os professores passam a atuar recorrendo a filosofia da militarização, institucionalizando os corpos de seus alunos e renegando o aspecto educacional da prática (GUEDES, 1999); Pedagogicista (1945 - 1964) - foi inspirada no discurso liberal da escola nova e buscava efetivar um caráter mais educacional à Educação Física, através de ideias pedagógicas que explicava que o homem, para ser instruído de forma integral, deveria não somente ser educado cognitivamente e afetivamente, mas também no campo físico Guedes (1999); Esportivista (1964 - 1985) - Seus métodos, conteúdos, formas e meios se resumem, como o nome já informa, à prática esportiva, com todas as suas normas, técnicas, táticas e busca de performances. Talvez esta seja a tendência que mais raízes deixou na prática da Educação Física Escolar (FERREIRA, 2009).

De acordo com Darido (2003), a partir da década de 80 houve um amplo debate sobre os pressupostos e a especificidade da Educação Física. Como resultados surgem várias abordagens pedagógicas para a área, dentre elas: Psicomotora - busca desenvolver fatores como a noção de corpo, tonicidade, equilíbrio, estrutura espaço-temporal, lateralidade, coordenação motora global e coordenação fina (FERREIRA, 2009), abordagem pedagógica indispensável a toda criança que seja normal ou com problemas; Construtiva - para Darido (2003) oportuniza trabalhar a questão de jogos e brincadeiras, pois estes são considerados fundamentais para se ensinar porque através destes o aluno consegue aprender de forma lúdica e prazerosa, inclusive proporciona ao aluno com deficiência a oportunidade de desenvolver-se com os colegas de sala sem se preocupar com competições que podem enfatizar sua dificuldade motora; Desenvolvimentista - oferece oportunidade para desenvolver o máximo do aluno, considerando suas diferenças e competências individuais, preparando o aluno para a sociedade. Essa abordagem busca acompanhar o desenvolvimento dos alunos seja ele qual for no decorrer das aulas analisando seu desenvolvimento motor (MANOEL, 2002); Crítico-superadora e a Crítico-emancipatória - exigem do professor de Educação Física uma visão da realidade de forma mais política. Combatem a alienação dos alunos e defendem uma postura de superação das injustiças sociais, econômicas e políticas (DARIDO, 2001), sendo que todos os alunos participem deixando de lado a ideia de que o principal das aulas deve ser formar alunos talentosos para o esporte, mas sim buscar a integração professor e aluno e de aluno entre aluno; Saúde Renovada - tem o objetivo de mostrar para o aluno uma vida saudável, desenvolvendo atividades físicas, tendo hábitos alimentares saudáveis e o principal o conscientizá-lo da necessidade de possuir uma boa saúde. De acordo com Salerno (2009), no caso com alunos deficientes com a atividade física vivenciadas na infância e na adolescência favorece as atitudes e hábitos, podendo até ajudar na deficiência do aluno, podendo amenizar o problema ou melhorando a qualidade de vida.

1.5 A importância das aulas de educação física escolar no ensino fundamental

A educação física tem um importante papel no processo de ensino e aprendizagem do aluno, visto que, desde os primeiros passos as crianças conseguem desenvolver suas habilidades (motoras, afetivas e cognitivas) por meio do movimento

e da ação física do corpo. E ao integrar a esta habilidade natural de aprender e de se desenvolver, a educação física consegue acrescentar a seus praticantes valores e conhecimentos e quando já estabelecido com disciplina e organização no ambiente escolar, possibilita que os alunos possam aprender com compreensão e ainda se relacionar com os outros alunos com mais simplicidade e de forma mais participativa e gradual (CAVALARO; MULHER, 2009).

De acordo com Freire (1989), é através do movimento corporal que o ser humano se expressa em muitos momentos de sua vida, especialmente as crianças por conta de ainda não ter desenvolvido integralmente sua linguagem para comunicação e também por não conseguirem entender ou representar o que está acontecendo em sua volta por meio de imagens, sobretudo porque ainda faltam vivências e experiências práticas. Assim, os movimentos corporais trabalhados na educação física escolar no ensino fundamental são recursos essenciais para que as crianças possam se expressar e comunicar com outros indivíduos.

Por outro lado, o autor João Batista Freire (1992) se declara contra o ensino de gestos e movimentos padronizados, a quem atribui à educação física uma função de ensino de movimentos, respeitando o estímulo à liberdade, as individualidades e à criatividade de cada criança.

Capítulo II

2 Educação física escolar inclusiva no ensino fundamental

A inclusão social é um processo formado por atitudes afirmativas, que dependem de políticas públicas e da consciência das pessoas, no sentido de inserir no contexto social indivíduos discriminados por conta de raça, de sexo, de religião, de classe social e quaisquer outras formas de discriminação.

De acordo com Oliveira e Poker (2002), a escola inclusiva está relacionada a uma educação apropriada e de qualidade para todos os alunos considerados normais com os com necessidades educacionais especiais nas classes do ensino comum da escola regular, onde deve ser desenvolvido uma metodologia pedagógica que sirva a todos os alunos, sem discriminação.

Para Cardoso (2003) a inclusão de alunos com necessidades especiais na escola regular, constitui uma perspectiva e um desafio para o século XXI, cada vez mais forte, nos diferentes sistemas e níveis educativos.

Uma das vertentes do processo de inclusão social é a inclusão escolar no ensino regular, em especial nas aulas de educação física do ensino fundamental, que propõe ensinar a todos os alunos oferecendo-lhes oportunidades iguais e valorizando a diferença. Neste sentido, a inclusão educacional é certamente a melhor direção para que o Brasil diminua significativamente as injustiças sociais que castigam parte da população ao longo da história.

2.1 Histórico

No Brasil, antes da Constituição Federal de 1988, segundo a literatura não houve a efetivação de uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a ideia de políticas especiais para tratar da temática da educação de alunos com deficiência.

Entretanto, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve um marco histórico relevante no avanço da inclusão escolar, principalmente porque a Constituição estabelece no seu artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Já no seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino. Além disso, no artigo 208 garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL,1988).

Por outro lado, em relação às pessoas com necessidades especiais e aos cursos de educação física no Brasil, Duarte e Lima (2003), dizem que, somente a partir da década de 90, os cursos de educação física colocaram em seus programas curriculares, conteúdos relativos às pessoas com necessidades especiais.

2.2 Conceito

A educação inclusiva é a expressão da democratização escolar e aceitação das diferenças e com a conferência mundial de educação para todos (1990) e a

declaração de Salamanca (1994) o princípio da educação inclusiva ganhou importância no contexto da educação.

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reformas e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isso inclui o currículo corrente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos nas escolas ou nas salas de aulas, as práticas pedagógicas bem como, as oportunidades de esportes, lazer e recreação (MITTLER, 2003, p. 25).

Para Lima (2006) para que a inclusão aconteça de fato é necessário mudanças na sociedade, iniciando pela educação para possibilitar a adequação e o acolhimento de todos os alunos nas escolas. Para que isso seja possível o sistema precisa adaptar-se às necessidades educacionais especiais dos alunos por meio de uma educação de qualidade, oferecendo um atendimento que contemple suas particularidades e necessidades.

No entendimento de Freire (2008), a inclusão é vista como uma forma de vencer o desafio da exclusão educacional, principalmente porque um dos caminhos da educação inclusiva busca oferecer a todos os alunos uma educação básica de qualidade, com flexibilizações e adequações no processo de ensino e aprendizagem.

2.3 Deficiências

Os diferentes tipos de deficiência estão especificados no Decreto nº 5.296/2004 da legislação brasileira, como: deficiência física, auditiva, visual, mental (atualmente intelectual, função cognitiva) e múltipla, que é a associação de mais de um tipo de deficiência (BRASIL, 2004).

Constam-se nas especificações do Decreto nº 5.296/2004:

“a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções”

A deficiência auditiva é denominada a diminuição da capacidade de percepção dos sons, com isso considera-se surdo o indivíduo que possui audição que

não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva (SILVA; KAUCHAKJE; GESUELI, 2003).

A deficiência auditiva pode ser caracterizada como uma perda total ou parcial da capacidade de ouvir ou perceber sinais sonoros. E por não ser um problema sensorial visível, pode trazer problemas sérios para o indivíduo se não for diagnosticado nos primeiros anos de vida, porque o diagnóstico tardio pode levar a implicações cognitivas, linguísticas e emocionais que prejudicam o desenvolvimento e a socialização das crianças (GUEDES; CAVALCANTE NETO, 2015).

Dessa forma, as crianças que apresentam sinais de perda auditiva devem ser avaliadas o mais rápido possível, principalmente porque a perda auditiva na infância só é percebida muitas vezes em idade mais avançada, dificultando o tratamento para uma estimulação adequada. Na maioria dos casos o problema auditivo é verificado pelos familiares quando a criança não responde a alguns sinais sonoros e também pela ausência da fala, dificultando assim o desenvolvimento e a socialização dessas crianças (GUEDES; CAVALCANTE NETO, 2015).

2.4 Legislação do processo de inclusão no Brasil

No Brasil, a Constituição de 1988, assim como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional 9.394/96, ressaltam a importância de promover-se a inclusão educacional como elemento formador da nacionalidade.

De acordo com o artigo 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

Há algumas décadas, mesmo sem estar claramente enunciado, o atendimento educacional de pessoas com necessidades especiais está garantido na

constituição brasileira, na medida em que a educação é considerada direito de todos (EDLER,1997).

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e consolida as normas de proteção (BRASIL, 1999). Já a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (BRASIL, 2000).

O Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001 (Convenção da Guatemala) que promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (BRASIL, 2001).

Convenção do Decreto nº 3.956/2001:

Reafirmando que as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano;

Esse Decreto tem importante influência na educação, estabelecendo outro entendimento da educação especial, percebida no cenário da diferenciação adotada para possibilitar a eliminação dos obstáculos que dificultam o acesso à escolarização.

A Lei nº 10.436/02 de 24 de abril de 2002, reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, estabelecendo que sejam asseguradas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e divulgação, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia (BRASIL, 2002).

Neste mesmo contexto, o Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, pretendendo a inclusão dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular (BRASIL, 2005). As conquistas para o ensino de surdos no país continuaram, a Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010 regulamentou a profissão de tradutor e intérprete de Libras (BRASIL, 2010).

O fomento para criação de escolas bilíngues de surdos em todo o país está previsto no artigo 35 do Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019. O decreto define também, entre as competências da Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue, planejar, orientar, coordenar a implementação de políticas de educação bilíngue que considerem a libras como primeira língua e a língua portuguesa escrita como segunda (BRASIL, 2019).

A Portaria nº 1.793, de 16 de dezembro de 1994, dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências (BRASIL, 1994).

A Portaria nº 319, de 26 de fevereiro de 1999, institui no Ministério da Educação, vinculada à Secretaria de Educação Especial/SEESP, a Comissão Brasileira do Braille, de caráter permanente (BRASIL, 1999).

A Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições (BRASIL, 2003).

O Aviso Regular nº 277/MEC/GM, de 08 de maio de 1996 é dirigido aos Reitores das Instituições de Ensino Superior (IES) solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais (BRASIL, 1996).

A Resolução CEB/CNE nº 2, de 11 de setembro de 2001, institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001).

2.5 Língua Brasileira de Sinais

Libras é a sigla da Língua Brasileira de Sinais, é considerada uma língua oficial do Brasil desde 24 de abril de 2002, através da Lei nº 10.436, definida como uma língua de modalidade gestual e visual. Os gestos da Libras, também chamados de sinais, são realizados por meio da junção dos movimentos das mãos e das articulações, além de expressões faciais e corporais (BRASIL, 2002).

O deficiente auditivo passou a ter autonomia e liberdade de fazer uso da sua língua e exigir respeito em relação a sua forma de comunicação, no qual este direito se encontra fundamentado na Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que garante seu

uso e divulgação, com o objetivo de que as pessoas ouvintes também possam aprender e fortalecer as relações sociais e também como forma de garantia educacional incluída nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 2002).

Libras é a língua materna dos surdos brasileiros, podendo ser aprendida por qualquer pessoa interessada. Porém, ao contrário do que muitos pensam, a comunicação por meio de Libras não é somente mímica, pois é composta por um alfabeto, estrutura linguística e gramatical própria, possuindo todos os elementos classificatórios identificáveis de uma língua, necessitando de prática para seu aprendizado, como qualquer outra língua (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004).

2.6 A inclusão de alunos com deficiência auditiva nas aulas de educação física escolar

A inclusão escolar de crianças que têm deficiência auditiva é uma realidade nacional, gerando preocupação de muitos estudiosos e pesquisadores no Brasil, principalmente quando se leva em consideração que essas crianças são inseridas no ensino regular e participam de aulas de educação física juntas com alunos que não têm deficiências auditivas.

As aulas de educação física do ensino fundamental deveriam promover por meio de atividades físicas o desenvolvimento integral do aluno em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. No entanto, na realidade não é exatamente isso que acontece, pois existem muitas escolas nas quais as aulas educação física escolar não contemplam a inclusão do aluno com deficiência auditiva. Além do que, o aluno surdo algumas vezes encontra dificuldade para inserir-se no meio escolar, sobretudo porque a audição é um sentido influenciador do desenvolvimento da criança e no caso de uma criança que nasce ou adquire a surdez severa antes de ter acesso à língua oral, fica mais difícil se relacionar e interagir nas aulas de educação física com as crianças que não têm deficiências auditivas.

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) indica que:

A inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da

criança. Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de intervenção precoce que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social (PNEE/PEI, 2008, p. 16).

Segundo Coll, Marchesi e Palacios (2004), quando na escola o professor e o aluno são conhecedores da mesma língua, nesse caso a Libras, as possibilidades de um diálogo entendível e uma conversa razoável são as mesmas que as existentes entre professores e alunos ouvintes. Desse modo, Libras é um meio fundamental de comunicação entre os surdos, e deles com os ouvintes, sendo um importante recurso de inclusão escolar no ensino regular, em especial nas aulas de educação física do ensino fundamental.

Capítulo III

3 O papel do professor de educação física no processo de inclusão de alunos surdos

A formação inicial tem a função de propiciar ao futuro professor um conjunto de conhecimentos que lhe possibilite no exercício da docência, reformular continuamente os saberes iniciais a partir do confronto com as expectativas vivenciadas no cotidiano escolar. Nessa direção, a formação inicial é a base para a aprendizagem continuada do professor ao longo de sua trajetória profissional (PAIXÃO *et al.*, 2016).

Em relação à formação dos professores, Almeida (2003, p. 134) declara que “Aos professores de modo geral, o ensino para os alunos com NEE exige conhecimentos e experiências que eles ainda não adquiriram na formação inicial e isso representa uma condição imprescindível para existir à inclusão”.

De acordo com a LDBEN, compete à escola e aos profissionais de educação preparar-se para receber e educar as pessoas com necessidades educacionais especiais. Para tanto, o sistema de ensino precisa dar condições às escolas que sejam alinhadas com a proposta de inclusão educacional.

A Declaração de Salamanca (1994, p. 10) informa no princípio de número 38 que: “Preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator chave na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas”.

Conforme a Resolução nº 6 de 18 de dezembro de 2018, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de graduação de Educação Física,

os diversos cursos de formação de professores tanto do bacharelado quanto da licenciatura em educação física devem oferecer no mínimo uma disciplina que trata de inclusão, de modo que o conhecimento ofertado contribua para que os futuros professores compreendam que os alunos possam ter necessidades distintas ou diferentes condições para a prática da atividade física (BRASIL, 2018).

Dessa forma, a formação do professor de educação física tem papel fundamental na educação inclusiva. Porém, essa formação não acontece apenas no período acadêmico ou de especialização, a formação profissional está em constante desenvolvimento e é constituído por aspectos pessoais, profissionais, acadêmicos, sociais, culturais e históricos (AGUIAR; DUARTE, 2005).

Ainda nessa perspectiva da educação aberta às diferenças e ao ensino inclusivo, a qualificação dos professores de educação física precisa continuar através da realização de cursos de formação específica e continuada na área. Embora, essa qualificação também seja construída de forma contínua no interior das escolas, à medida que os problemas de deficiências prejudicam o desenvolvimento e a socialização dos alunos nas aulas (PAIXÃO *et al.*, 2016).

3.1 Dificuldades e obstáculos enfrentados pelos professores na aplicação da linguagem de Libras nas aulas de educação física

O uso da linguagem de sinais por parte do professor de educação física, como previsto no Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, a Libras é inserida como uma disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores. A Declaração de Salamanca também traz que é de grande importância que os surdos tenham acesso à educação em sua língua nacional de signos (BRASIL, 1997).

É importante ressaltar que as dificuldades e os obstáculos enfrentados pelos professores na aplicação da linguagem de Libras nas aulas de educação física são complexos, pois não basta apenas que o professor e os alunos surdos se comuniquem por meio de Libras, é necessário que os alunos ouvintes também se comuniquem através de Libras. Por isso, é indispensável que os professores e todos os alunos tenham conhecimento pelo menos do alfabeto e de alguns sinais de Libras, pois isso facilitará a comunicação e a integração dos alunos surdos durante as aulas de educação física.

Mesmo se tratando de professores qualificados e dispostos a vivenciar a educação inclusiva, as dificuldades e obstáculos enfrentados na aplicação da

linguagem de Libras nas aulas de educação física do ensino regular não são fáceis, pois a simples integração de aluno surdo nessas aulas não garante o aprendizado. É necessário que na escola haja condições físicas, sociais e educacionais adequadas, para que tanto as crianças surdas quanto as ouvintes tenham possibilidades de desenvolvimento e socialização, sempre com a intenção de alcançar o máximo da capacidade de aprendizado possível dos alunos.

No caso, dos países desenvolvidos, como Estados Unidos, França e Suécia, a educação inclusiva está bastante desenvolvida e já tem bons resultados em relação ao desenvolvimento, socialização e aprendizado dos alunos com deficiência auditiva, devido a implantação da proposta bilíngue dentro de suas escolas em que os professores ouvintes e surdos utilizam a língua de sinais como primeira língua e a segunda língua oficial do seu país, em que o ensino usado por essas escolas se propõe a tornar acessível à criança surda as duas línguas no contexto escolar (FESTA; OLIVEIRA, 2012).

Neste contexto, se os professores e funcionários ouvintes que compõem o quadro da educação no Brasil aceitarem o bilinguismo como proposta de ensino para os deficientes auditivos, de certa forma estarão aceitando a diferença do outro e ao mesmo tempo contribuindo para inclusão escolar e para diminuição do preconceito. Conforme a literatura pesquisada, esse processo bilíngue no Brasil já tem uma grande repercussão e expectativa, mas a aceitação ainda é pequena entre os educadores. Por isso, a educação bilíngue continua em processo de desenvolvimento e ainda não foi implantada de fato nas escolas do ensino regular do país (FESTA; OLIVEIRA, 2012).

Por outro lado, o processo de inclusão escolar na teoria é admirável, o assunto é nobre, mas na prática não é tão simples, é preciso vencer dificuldades e obstáculos para tornar a inclusão uma realidade no ambiente escolar. Esse processo de inclusão está presente no dia a dia da escola e é difícil de ser ignorado, sendo necessário o comprometimento de todos os profissionais da comunidade escolar para dar subsídios teóricos metodológicos adequados e acessíveis ao aluno incluso. Além do que, para a inclusão do aluno surdo são fundamentais adaptações curriculares e principalmente força de vontade e atitude por parte dos professores e profissionais da escola para conhecer e aprender a Língua Brasileira de Sinais (COSTA; GARCIA; NAHAS, 2012).

3.2 Práticas pedagógicas utilizadas pelos professores na inclusão de alunos surdos

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) aponta direito de todos a uma educação de qualidade, sobretudo porque toda criança é educável inclusive as que apresentam uma deficiência mais severa, todos os alunos têm direito a que lhes sejam asseguradas condições e possibilidades educacionais que contribuam para a socialização, o desenvolvimento e a inclusão social.

Muitas das vezes, o professor combina a aplicação Libras com outros procedimentos, como informações visuais para vencer essas dificuldades e promover o desenvolvimento e a socialização dos seus alunos, adaptando o aluno com deficiência, para possibilitar a este a compreensão de suas limitações e capacidades (AGUIAR; DUARTE, 2005).

Em relação às estratégias didáticas utilizadas para aplicação da linguagem de Libras para promover a participação de alunos com deficiência auditiva nas aulas de Educação Física, bem como para estimular o desenvolvimento e a socialização de todos os alunos das turmas, os professores utilizam muita conversa, buscando entendimento e conscientização de todos os alunos para que as aulas ocorram da melhor maneira possível. Sempre que necessário, os docentes propõem algumas adaptações nas atividades, com o intuito de que todos consigam participar, se relacionar e aprender de alguma maneira (SALLES *et al.*, 2015).

Por outro lado, a aplicação da linguagem de Libras nas aulas de educação física exige o rompimento com o tratamento tradicional dos conteúdos, que favorece os alunos que já têm aptidões. Assim, é fundamental que se adote o princípio da inclusão como vertente principal da ação pedagógica, apontando para uma metodologia de ensino e aprendizagem que busque o desenvolvimento, a autonomia, a cooperação e a socialização dos alunos. Nesse sentido, deve-se buscar garantir a todos a possibilidade de usufruir de jogos, esportes, danças, lutas e ginástica, sempre em benefício do exercício crítico da cidadania (SALLES *et al.*, 2015).

Por fim, além de políticas públicas e a realização de cursos de formação continuada, os professores precisam da participação de intérpretes e profissionais de outras áreas para ajudar na aplicação da linguagem de Libras nas aulas de educação

física, pois suas presenças auxiliam na orientação dos professores em caso de dificuldades com alunos surdos (COSTA; GARCIA; NAHAS, 2012).

4 METODOLOGIA

4.1 Tipo de pesquisa

A linha de pesquisa dessa monografia foi abordada no campo da Educação Física, Práticas Pedagógicas e Sociais (EFPPS), em que

os objetos de estudo vinculam-se às relações constituídas entre a Educação Física e as metodologias de ensino aplicadas no âmbito escolar e não escolar, assim como a gestão destes espaços de intervenção. Estabelece o debate sobre o corpo, a cultura, o lazer, a história, entre outros temas que possibilitem a contextualização mais ampla desta área de conhecimento, analisando-a através das influências da sociedade sobre os diferentes temas da cultura corporal (NEPEF, 2014, p. 9).

O presente projeto foi realizado por meio de pesquisa de campo descritiva, que pode ser caracterizada pela busca de dados diretamente da fonte, possibilitando conhecer a realidade na prática, através de investigação por meio de métodos e de instrumentos cientificamente comprovados para a coleta de dados e análise dos fatos.

Segundo Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa de campo é utilizada para levantar informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Dessa forma, a pesquisa de campo tornou-se essencial para a realização dessa monografia, pois consiste na observação e investigação de fatos com o objetivo de registrar e reunir as informações e dados que serviram de sustentação para a elaboração da investigação proposta pelo tema “Inclusão na educação física escolar”.

4.2 Sujeitos e amostra

O estudo foi realizado com 5 professores de educação física do ensino fundamental (1º ao 9º ano) de 5 diferentes escolas públicas da região central de Goiânia, no estado de Goiás. Foram selecionados apenas um professor de cada escola.

4.3 Procedimentos, técnicas e instrumentos

A etapa inicial do procedimento dessa pesquisa foi a solicitação de autorização (permissão) por meio do Termo de Apresentação (APÊNDICE A), que foi apresentado no mês de setembro de 2021 aos diretores das escolas estaduais da região central de Goiânia, no estado de Goiás, para realização do estudo.

Logo na sequência, assim que os diretores concordaram e autorizaram com o estudo de campo nas suas respectivas escolas, realizou-se uma orientação aos professores voluntários que participaram do estudo, bem como o agendamento do dia e horário para aplicação da pesquisa. Os professores que concordaram em participar da pesquisa, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – APÊNDICE B).

O instrumento utilizado para a coleta dos dados obtidos nesta pesquisa foi um questionário desenvolvido especificamente para realização desse estudo, com um total de 14 questões fechadas de múltipla escolha, aplicado uma única vez e que foi respondido pelos professores (APÊNDICE C), o qual permitiu certa uniformidade de respostas e uma razoável facilidade de aplicabilidade.

Segundo Selltiz *et al.* (1967), a utilização do questionário apresenta as vantagens de sua natureza impessoal devido a padronização de perguntas e de instruções, assegurando certa uniformidade de mensuração. Assim, os voluntários podem ter maior confiança em seu anonimato, sentindo-se mais à vontade para emitir opiniões que temem ver desaprovadas. Além de provocar menos pressão para uma resposta imediata, podendo considerar cada aspecto com calma e atenção.

Com a aplicação do questionário buscamos verificar e analisar se o recurso de Libras é de fato oferecido e prestado pelas escolas e qual sua contribuição para o desenvolvimento e socialização das crianças surdas nas aulas de educação física. Além disso, averiguar o conhecimento sobre deficiência auditiva, capacitação em Libras, aspectos da formação escolar e profissional dos sujeitos e compreender suas opiniões sobre Libras na inclusão escolar de alunos com deficiência auditiva nas aulas de educação física.

4.4 Forma de análise dos dados

No questionário, das 14 questões de múltipla escolha, as 3 primeiras perguntas foram analisadas com dados acerca do perfil dos sujeitos da pesquisa, como sexo, idade e formação profissional. Já as outras 11 perguntas respondidas pelos professores foram analisadas com dados relacionados diretamente aos objetivos deste estudo, dentre eles: verificar se o recurso de Libras é de fato oferecido e prestado pelas escolas e qual sua contribuição para o desenvolvimento e socialização das crianças surdas nas aulas de educação física. Além disso, averiguar se os professores têm o conhecimento sobre deficiência auditiva e capacitação em Libras, constatar se as escolas apoiam os professores através de atualizações e formação contínua no processo de inclusão escolar para deficientes auditivos.

Em seguida, logo após o preenchimento do questionário, os dados foram tratados por meio de uma abordagem quantitativa, fazendo-se a tabulação dos mesmos, conversão em porcentagem e apresentação na forma de tabelas e gráficos, utilizando o software da Microsoft Excel.

Desta forma, uma análise geral dos dados pesquisados, relacionando os objetivos da pesquisa de inclusão de alunos com deficiência auditiva nas aulas de educação física por meio do recurso de Libras com as opiniões dos sujeitos da pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A coleta de dados efetuada por meio do questionário totalizou uma amostra de 5 professores de educação física do ensino fundamental (1º ao 9º ano) de 5 diferentes escolas públicas da região central de Goiânia, no estado de Goiás.

Tabela 1 - Perfil dos sujeitos da pesquisa.

Professor	Sexo	Idade (anos)	Formação acadêmica inicial
P1	Feminino	Menos de 30	Licenciatura em Educação Física
2	Feminino	de 30 a 35	Licenciatura em Educação Física
P3	Masculino	de 46 a 50	Formação em outro curso
P4	Feminino	de 46 a 50	Licenciatura em Educação Física
P5	Feminino	Mais de 50	Licenciatura em Educação Física

Fonte: Própria autora (2021)

Na tabela 1, em relação aos professores que responderam ao questionário, percebe-se que o professor mais jovem tinha menos de 30 anos de idade e o mais velho tinha mais de 50 anos de idade, sendo que a média de idade é 41,2 anos \pm 11,81 anos, logo com esse desvio padrão elevado, fica demonstrado que este grupo é heterogêneo. Constatou-se também que 4 professores são do sexo feminino com formação em licenciatura em educação física, o que equivale a 80%, enquanto apenas 1, ou seja, 20% é do sexo masculino com formação em outro curso.

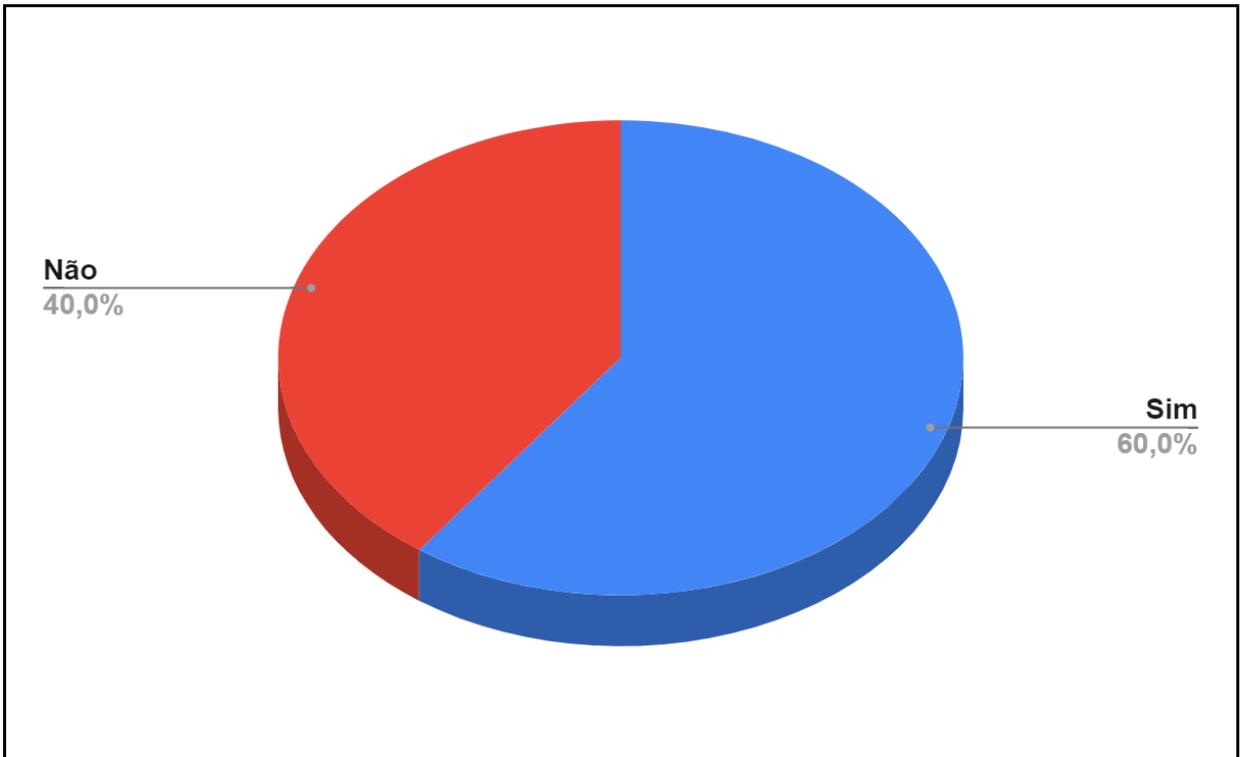
Tabela 2 - Características acerca da formação dos sujeitos da pesquisa.

Professor	Conhecimento sobre deficiência auditiva	Capacitação em Libras	Teve alguma disciplina para trabalhar com deficiente auditivo
P1	Sim	Não	Não
P2	Não	Sim	Sim
P3	Sim	Não	Não
P4	Sim	Não	Não
P5	Não	Não	Sim

Fonte: Própria autora (2021)

Na tabela 2, infere-se que 2 dos 5, ou seja, 40% dos professores tiveram na sua formação alguma disciplina que o preparasse para trabalhar com alunos com deficiência auditiva. Porém, na pergunta 10 do questionário, mesmo esses professores que tiveram na sua formação alguma disciplina que o preparasse para trabalhar com alunos com deficiência auditiva, julgaram que a formação de professor que receberam não é suficiente para inclusão escolar de crianças com deficiência auditiva. Dessa forma, fica evidente que é necessário atualizações e formação contínua para se alcançar êxito no processo de inclusão escolar.

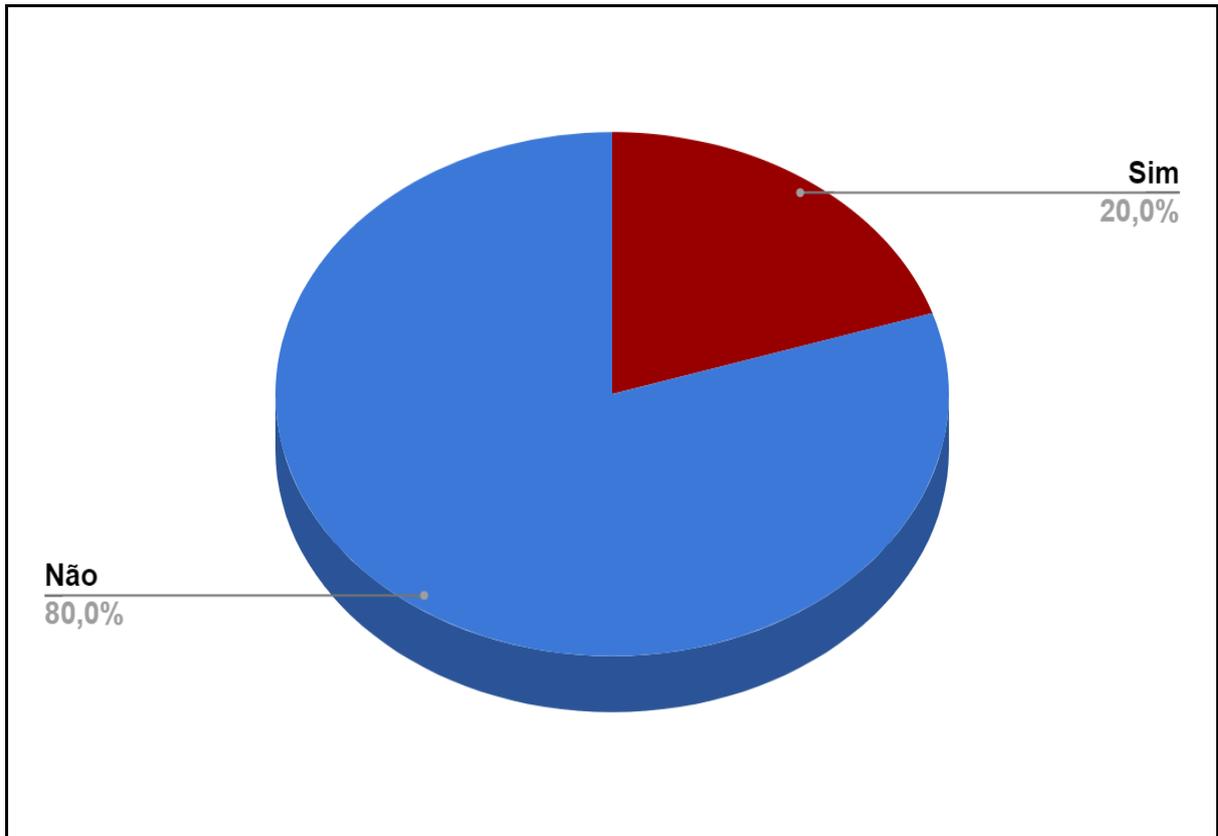
Gráfico 1 - Professores que têm conhecimento sobre deficiência auditiva.



Fonte: Própria autora (2021)

Relacionado ao gráfico 1, nota-se que 60% dos professores responderam que têm conhecimento sobre deficiência auditiva. E 40% dos professores disseram que não têm conhecimento sobre deficiência auditiva, o que de certa forma é preocupante, pois é importante identificar se o aluno é surdo ou parcialmente surdo, principalmente porque dependendo do caso, o professor deve considerar no planejamento da aula, adequação do número de participantes nas atividades em grupo, a utilização de recursos materiais e sinais visuais para um melhor aprendizado e desenvolvimento do aluno com deficiência auditiva.

Gráfico 2 - Professores que têm capacitação em Libras.



Fonte: Própria autora (2021)

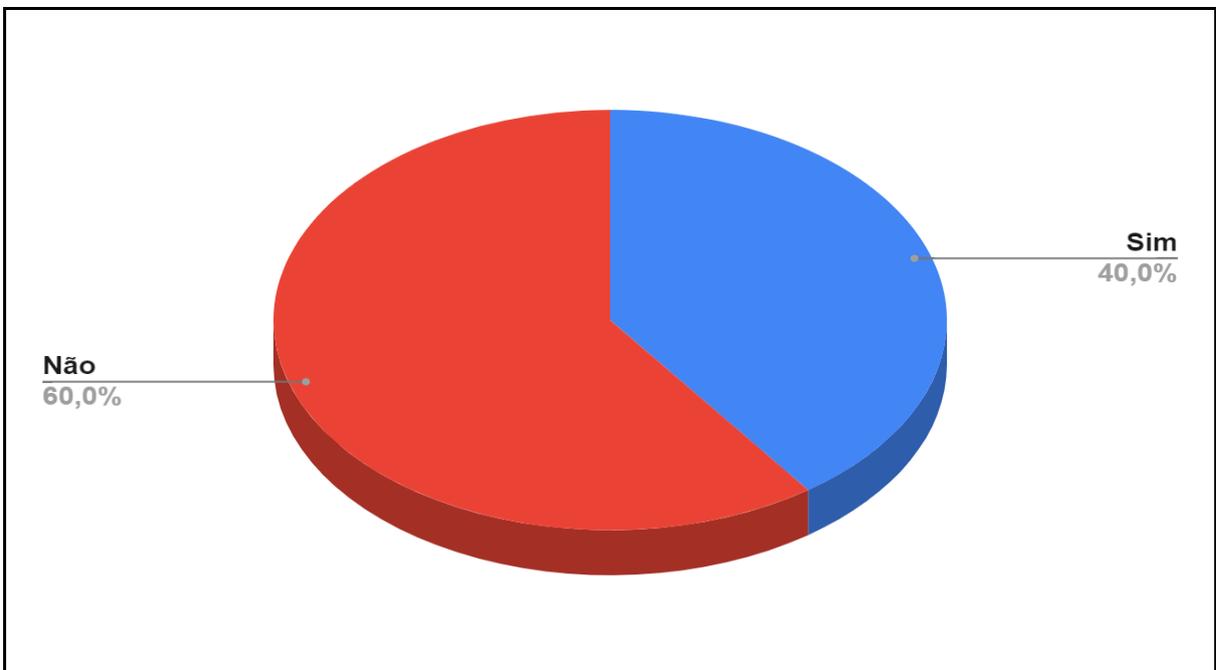
No gráfico 2, observa-se que a maior parte dos professores não têm capacitação em Libras (80%) e apenas 20% responderam que têm capacitação em Libras. Com relação a esta resposta é possível apontar um certo despreparo e falta de qualificação profissional por parte dos professores. Sendo essencial no processo de inclusão escolar que todos tenham capacitação em Libras, especialmente os educadores que atuam diretamente com os alunos que têm deficiência auditiva e estão envolvidos no processo de ensino e aprendizagem na escola.

Tabela 3 - Características das escolas no processo de inclusão escolar para deficientes auditivos do ensino fundamental.

Escola	Oferece aula de Libras	Possui intérprete para deficiente auditivo	Apoia o professor em atualizações e formação contínua
E1	Não	Não	Não
E2	Não	Não	Sim
E3	Sim	Sim	Sim
E4	Não	Não	Sim
E5	Sim	Sim	Não

Fonte: Própria autora (2021)

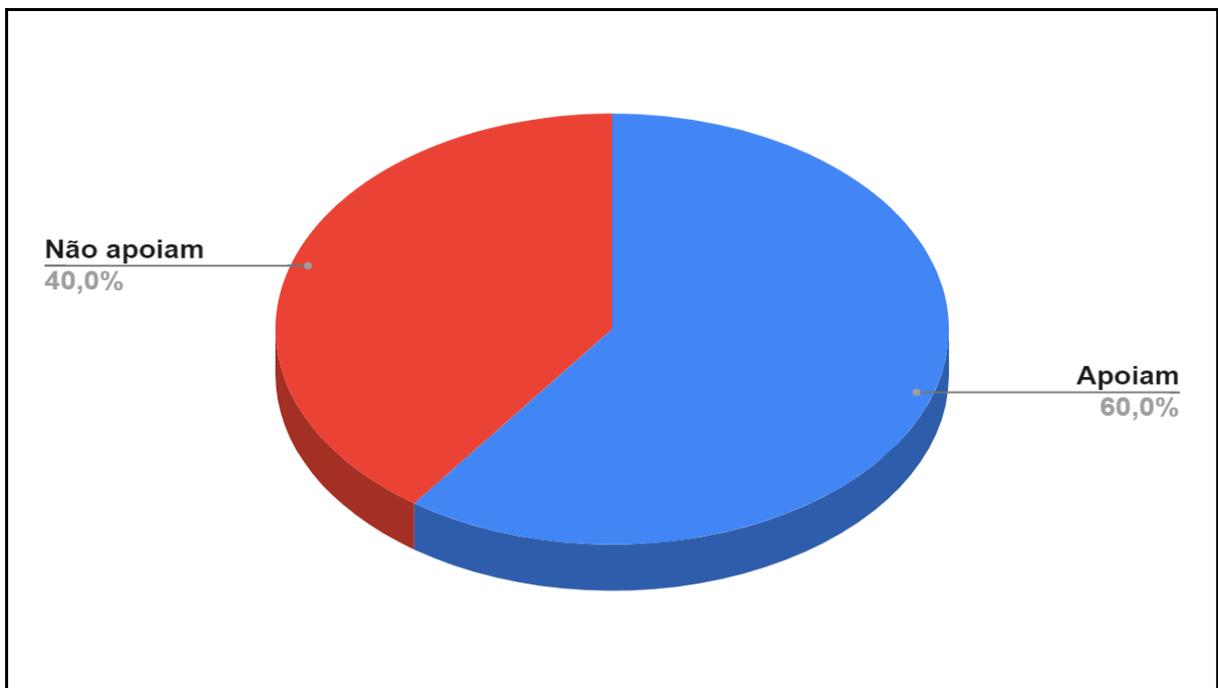
Gráfico 3 - Escolas que oferecem aula de Libras e também possuem intérpretes para deficiente auditivo.



Fonte: Própria autora (2021)

Na tabela 3, infere-se que das 5 escolas que participaram da pesquisa de campo, as 2 que oferecem aula de Libras, também possuem intérpretes para deficiente auditivo. No entanto, as 3 outras escolas não oferecem aula de Libras e não possuem intérpretes para deficiente auditivo. Demonstrando conforme gráfico 3, que a maioria das escolas (60%) não estão totalmente preparadas para o processo de inclusão do deficiente auditivo no ensino regular.

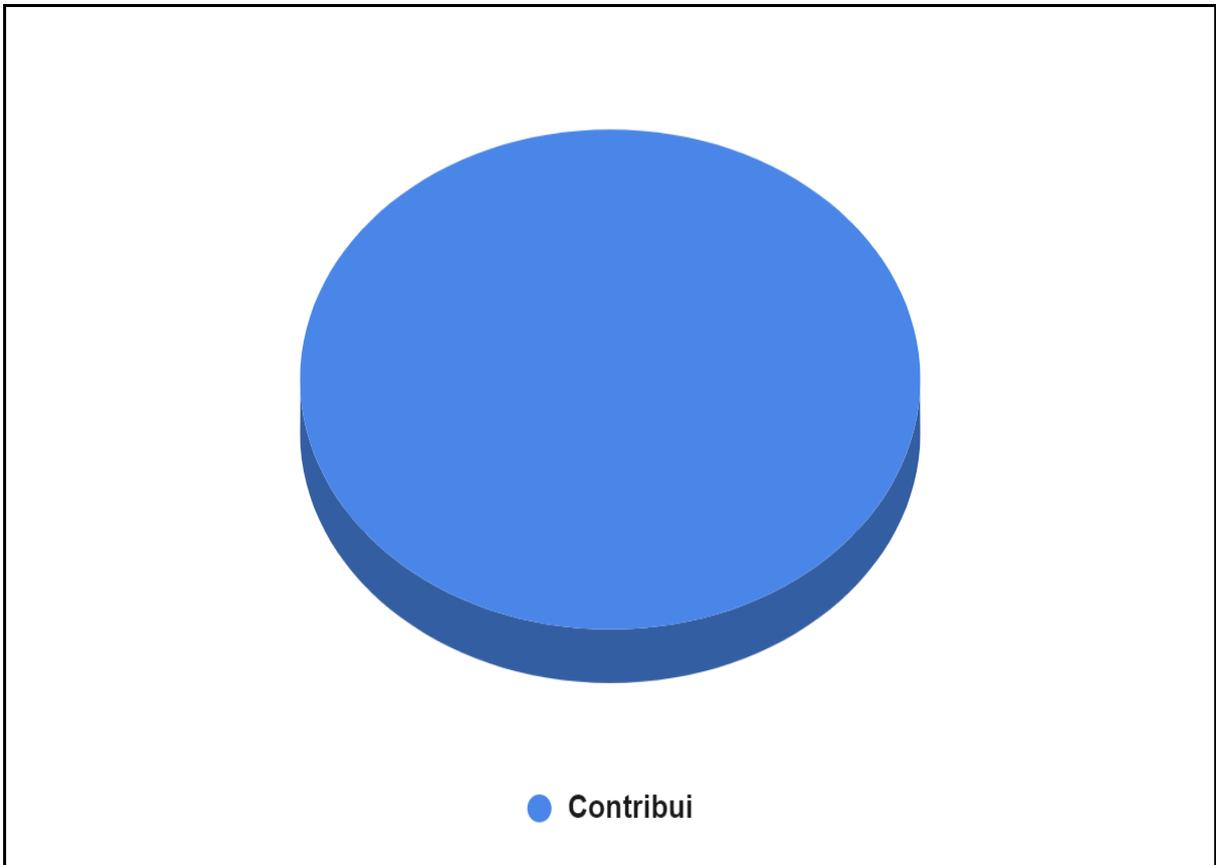
Gráfico 4 - Escolas que apoiam os professores em atualizações e formação contínua no processo de inclusão escolar para deficientes auditivos.



Fonte: Própria autora (2021)

No gráfico 4, verifica-se que 60% das escolas pesquisadas apoiam os professores em atualizações e formação contínua no processo de inclusão escolar para deficientes auditivos, enquanto 40% não apoiam. Com relação a esta resposta é possível apontar que ainda faltam investimentos em algumas escolas e também falta consciência por parte de alguns gestores escolares para apoiarem os professores na busca de conhecimento de novas práticas de ensino no processo de inclusão escolar para deficientes auditivos.

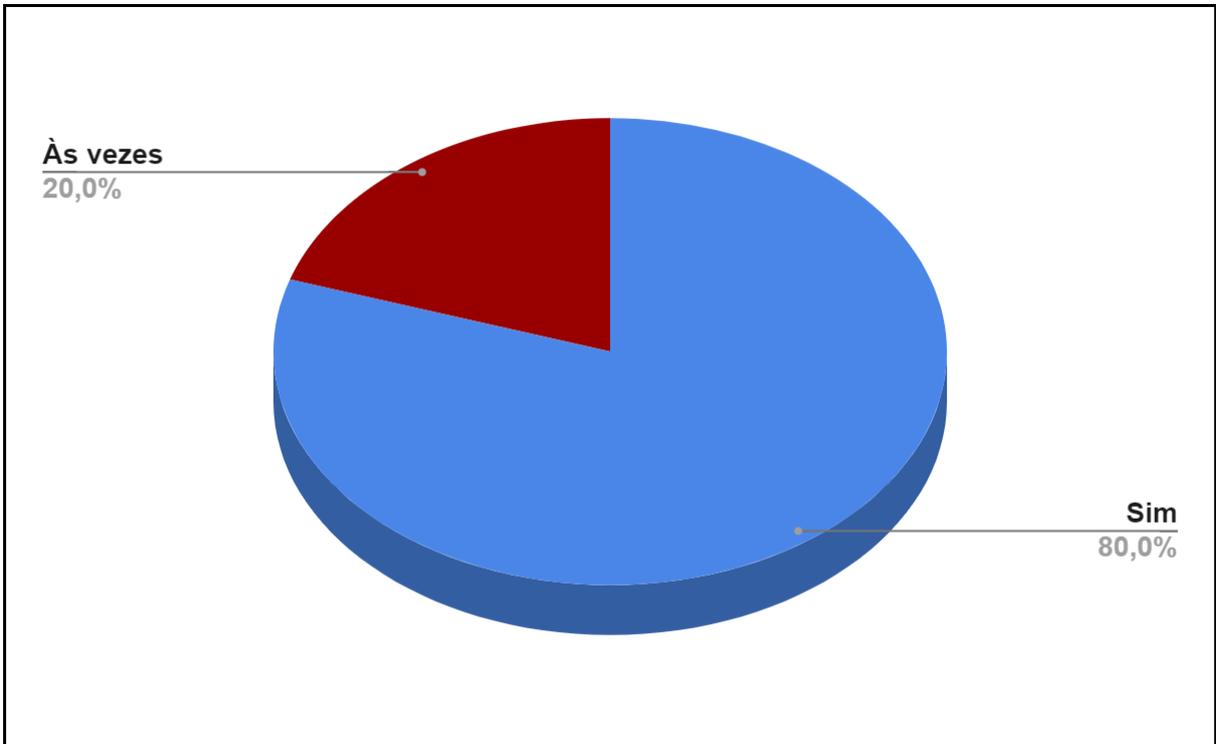
Gráfico 5 - A aplicação da linguagem de Libras de fato contribui para o desenvolvimento integral do aluno surdo em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social nas aulas de educação física.



Fonte: Própria autora (2021)

No gráfico 5, percebe-se que 100% dos professores apontaram que a aplicação da linguagem de Libras de fato contribui para o desenvolvimento integral do aluno surdo em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social nas aulas de educação física. Com relação a esta resposta fica evidenciado que todos os professores têm plena consciência de que o recurso de Libras contribui e faz toda diferença no processo de ensino e aprendizagem, possibilitando tirar o melhor desenvolvimento possível do aluno surdo nas aulas de educação física.

Gráfico 6 - Uma proposta pedagógica de Libras favorável à educação inclusiva aplicada na aula de educação física do ensino regular consegue alcançar todos os objetivos propostos da aula.



Fonte: Própria autora (2021)

No gráfico 6, observa-se que 80% dos professores afirmaram que uma proposta pedagógica de Libras favorável à educação inclusiva aplicada na aula de educação física do ensino regular consegue alcançar todos os objetivos propostos da aula, enquanto só 20% dos professores afirmaram que às vezes. Com isso, fica evidente o quanto é importante a Libras e qualificação dos professores no processo de inclusão para o desenvolvimento do aluno com deficiência auditiva nas aulas de educação física do ensino regular.

6 CONCLUSÃO

Diante de uma nova situação que nos encontramos devido a crise sanitária causada pela Covid-19, tivemos a dificuldade de realizar uma pesquisa mais ampla, que pudesse alcançar um maior número de professores de educação física do ensino fundamental das diferentes escolas públicas da região central de Goiânia, no estado de Goiás.

Esta monografia teve como referência para sua fundamentação e elaboração conhecimentos já consolidados e cientificamente comprovados ao longo do tempo, escritos em artigos científicos, livros, revistas, dissertações, teses, leis, decretos e trabalhos de conclusão de curso que abordam a inclusão escolar, principalmente Libras como recurso de inclusão escolar e a capacitação e importância dos professores nesse processo. Contudo, para o desenvolvimento da pesquisa de campo descritiva foram utilizados procedimentos que buscam dados diretamente da fonte, possibilitando conhecer a realidade na prática. Sendo que o instrumento utilizado para a coleta dos dados obtidos nesta pesquisa foi um questionário desenvolvido especificamente para realização deste estudo, com um total de 14 questões fechadas de múltipla escolha, aplicado uma única vez e que foi respondido por 5 professores de educação física do ensino fundamental de 5 diferentes escolas públicas da região central de Goiânia, no estado de Goiás, com a finalidade de analisar a inclusão de alunos com deficiência auditiva nas aulas de educação física do ensino regular, mediante a utilização do recurso de Libras.

Por meio dos resultados da pesquisa de campo descritiva realizada através da aplicação do questionário, foi verificado que 60% das escolas pesquisadas apoiam os professores em atualizações e formação contínua no processo de inclusão escolar para deficientes auditivos e 40% das escolas oferecem a aula de Libras e tem intérprete para acompanhar o aluno com deficiência auditiva. Verificou-se também que 100% dos professores acreditam que a aplicação da linguagem de Libras de fato contribui para o desenvolvimento integral do aluno surdo em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social nas aulas de educação física e que 80% dos professores afirmaram que uma proposta pedagógica de Libras favorável à educação inclusiva aplicada na aula de educação física do ensino regular consegue alcançar todos os objetivos propostos da aula, enquanto só 20% dos professores afirmaram que às vezes. Além disso, averiguou-se que 60% dos professores têm

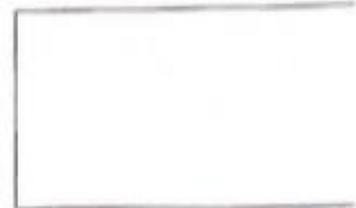
conhecimento sobre deficiência auditiva, porém só 20% dos professores têm capacitação em Libras.

Por outro lado, apesar das leis garantirem os direitos dos alunos surdos em ter um ambiente escolar que atenda suas necessidades e seu desenvolvimento integral, conforme documentos legais que compreendem a matéria da educação desde a Constituição Federal de 1988, a Declaração de Salamanca (1994), a LDB (1996), os PCN, Lei no 10.436/2002, até o Decreto nº 5.626/2005. Mesmo assim, os resultados dessa pesquisa de campo mostraram que na prática não é isso que acontece, a realidade é outra, o processo de inclusão escolar do deficiente auditivo no ensino regular, em especial nas aulas de educação física do ensino fundamental, está acontecendo em algumas escolas estaduais da região central de Goiânia, no estado de Goiás, porém não na velocidade que deveria, enquanto em outras ainda está no início.

A importância da capacitação dos professores e da função do profissional de educação física para o incentivo do processo de inclusão é uma necessidade e realidade nas escolas. O professor é visto por muitos como formador de opinião e influenciador de transformação, sobretudo porque está no dia a dia envolvido diretamente com os alunos, com isso precisa ter consciência da sua responsabilidade social e atuar de forma efetiva na busca pela inclusão escolar, o que é possível se houver procura por mudança para a eliminação de obstáculos, como preconceitos e atitudes de exclusão. Assim, é necessário que os professores especialmente de educação física permaneçam disponíveis para novas práticas de ensino e estejam sempre em busca de atualizações e formação contínua no processo de inclusão escolar para deficientes auditivos. Além disso, o professor e demais funcionários da escola envolvidos no processo de inclusão precisam ter consciência de que a educação é um importante meio de ascensão social, principalmente para possibilitar o crescimento intelectual e a qualificação profissional dos alunos surdos. Contudo, para que aconteça de fato a tão sonhada inclusão é necessário políticas públicas concretas que incentivem e valorizem especialmente os professores e demais funcionários da escola, além de haver o comprometimento de todos nesse processo, inclusive de toda sociedade, em especial da família dos deficientes auditivos, todos precisam ter consciência da importância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para o desenvolvimento integral do aluno com deficiência auditiva.

Na pesquisa os objetivos propostos foram atingidos, tudo comprova com a hipótese apresentada, a resposta para o problema foi respondida, todos os professores que participaram da pesquisa de campo acreditam que a aplicação da linguagem de Libras de fato contribui para o desenvolvimento integral do aluno surdo em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social nas aulas de educação física. Assim, é importante que as escolas do ensino regular ofereçam aulas de Libras e tenham intérpretes e professores de educação física capacitados, para que a Língua Brasileira de Sinais seja mais conhecida, praticada e aplicada no ambiente escolar, possibilitando realmente o desenvolvimento e a socialização das crianças surdas nas aulas de educação física do ensino fundamental.

Por fim, esse estudo de campo é de grande relevância principalmente para a área de licenciatura da educação física, pois além de mostrar a realidade sobre a inclusão de alunos surdos em 5 diferentes escolas públicas estaduais de Goiânia, no estado de Goiás, também nos proporcionou conhecimento e aprendizado sobre a importância da Língua Brasileira de Sinais e a capacitação dos professores no processo de inclusão de alunos com deficiência auditiva nas aulas de educação física do ensino fundamental. Sugerimos que no futuro e no momento oportuno outras pesquisas de campo possam ser feitas alcançando uma quantidade maior de escolas públicas do ensino regular, para mostrar na realidade o quanto é importante a Libras e qualificação dos professores no processo de inclusão para o desenvolvimento e o sucesso escolar do deficiente auditivo.



ANEXO I

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE PRODUÇÃO ACADÊMICA

Eu, ANGELA LÚCIA LIMA PROCÓPIO estudante do Curso de Educação Física, matrícula 20172004700050 telefone: (62) 98575-1063 e-mail ANGELALUCIA.PROCOPIO@amul.com na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autorizo a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND)*, Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT)*, outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 8 de dezembro de 2021.

Nome completo do autor: ANGELA LÚCIA LIMA PROCÓPIO

Assinatura do(s) autor(es): *Ângela Lucia Lima Procópio*

Nome completo do professor-orientador: CLISTÊNIA PRUDENCIANA DINIZ

Assinatura do professor-orientador: *Clistênia Prudenciana Diniz*

Goiânia, 8 de dezembro de 2021.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. S.; DUARTE, E. Educação Inclusiva: Um estudo na área da educação física. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, v.11, n.2, p.223-240, Mai./Ago. 2005.

ALMEIDA, Dulce Barros de. **Do especial ao inclusivo?** Um estudo da proposta de inclusão escolar da rede estadual de Goiás, no município de Goiânia. Tese de doutorado. Campinas, São Paulo, 2003.

BRASIL. **Aviso Regular nº 277/MEC/GM, de 08 de maio de 1996.** 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>. Acesso em out. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – Educação é a Base. 2017.** 2017. Disponível em: [BNCC EI EF 110518 versaofinal site.pdf \(mec.gov.br\)](http://portal.mec.gov.br/bncc/bncc-ei-ef-110518-versaofinal-site.pdf). Acesso em out. 2021.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.** 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em out. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em set. 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.** 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019.** 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9665.htm. Acesso em out. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000.** 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.** 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.319 de 1º de setembro 2010.** 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm. Acesso em out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Declaração de Salamanca**. Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**, DF. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 3ª ed., 2001.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed. Brasília, 1997.

BRASIL. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 7 de janeiro de 2008. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em set. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 1.793, de 16 de dezembro de 1994**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria1793.pdf>. Acesso em out. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**. 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em out. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 319, de 26 de fevereiro de 1999**. 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port319.pdf>. Acesso em out. 2020.

BRASIL. **Resolução CEB/CNE nº 2, de 11 de setembro de 2001**. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em out. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104241-rces006-18/file>. Acesso em nov. 2020.

CARDOSO, C. S. Aspectos Históricos da Educação Especial: da exclusão à inclusão uma longa caminhada. **Educação**, n. 49, p. 137-144, 2003.

CAVALARO, A. G., MULLER, V. R. **Educação Física na Educação Infantil: Uma Realidade Almejada**. In. Educar, Curitiba Editora UFPR, n. 34, p. 241 – 250, 2009.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

COLL, César. MARCHESI, Álvaro. PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação: transtorno de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Artmed, 2004. cap.9, p. 181.

COSTA, F. F.; GARCIA, L. M. T.; NAHAS, M. V. A Educação Física no Brasil em transição: perspectivas para a promoção da atividade física. **Revista Brasileira Atividade Física & Saúde**, Pelotas, v. 17, n. 1, p.14-21, fev. 2012.

DARIDO, S. C. e Rangel, I. C. A. **Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2005.

DARIDO, S.C. **Educação Física na escola: questões e reflexões**. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara - Koogan, 2003.

DARIDO, S.C. **Os conteúdos da educação física escolar: influências, tendências, dificuldades e possibilidades**. *Perspectivas em Educação Física Escolar*, Niterói, v. 2, n. 1 (suplemento), 2001.

DUARTE, E.; LIMA, S. M. T. **Atividade física para pessoas com necessidades especiais: experiências e intervenções pedagógicas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S. A., 2003.

EDLER, Rosita Carvalho. **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro: WVA,1997. 142 p.

FERREIRA, H.S. **Apostila para concurso de professores de Educação Física SD3: Tendências da Educação Física**. Trabalho não publicado. Fortaleza, 2009.

FESTA, P. S. V.; OLIVEIRA, D.C. Bilinguismo e surdes: conhecendo essa abordagem no Brasil e outros países. **Revista eletrônica do curso de Pedagogia das Faculdades OPET**, v.9, n. 2, p. 1-10, dez. 2012.

FREIRE, J.B. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física**: São Paulo: Editora Scipione, 1989.

FREIRE, João B. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Scipione, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GUEDES, D.P. **Educação para a saúde mediante programas de educação física escolar**. *MOTRIZ - Volume 5*, Número 1, Junho/1999.

GUEDES, M. S.; CAVALCANTE NETO, J. L.; Avaliação da coordenação motora em crianças e adolescentes com deficiência auditiva. **revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, v. 13, n. 3, p. 114-130, jul./set. 2015.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social** /Priscila Augusta Lima e Therezinha Vieira. - São Paulo: Avercamp, 2006.

MANOEL, Edson de Jesus. **Atividade motora e qualidade de vida: uma abordagem desenvolvimentista**. 1ª Ed. Acqua, 2002

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais** /Peter Mittler; Trad. Windy Brazão Ferreira. - Porto Alegre: Artimed, 2003.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA – NEPEF. **Projeto do núcleo de estudos e pesquisa em educação física**. Curso de Educação Física. Escola de Formação de Professores e Humanidades. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2014.

OLIVEIRA, A. A. S.; POKER, R. B. Educação inclusiva e municipalização: a experiência em educação especial de Paraguaçu Paulista. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 8, n. 2, p. 233-244, 2002.

PAIXÃO, J. A. *et al.* Formação do professor de educação física e as dificuldades no início de carreira em escolas de ensino básico. **Rev. Horizontes**, v. 34, n. 2, p. 57-68, ago./dez. 2016.

PINTO, C. L., TAVARES, H. M. O Lúdico na Aprendizagem: Aprender e Aprender. In. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 226 – 235, 2010.

RAMOS, J. J. **Os exercícios físicos na história e na arte**. São Paulo: Ibrasa. 1982.

SALERNO, Marina Brasiliano. **Integração entre alunos com e sem deficiência na educação física escolar: validação de instrumento**. Dissertação mestrado, Universidade Estadual de Campinas: Campinas SP, 2009.

SALLES, W. N. *et al.* Inclusão de alunos com deficiência na escola: percepção de professores de educação física. **Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, v. 13, n. 4, p. 1-21, out./dez. 2015.

SELLTIZ, C. *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967.

SILVA, Ivani Rodrigues, KAUCHAKJE, Samira, GESUELI, Zilda Maria. **Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades**. São Paulo: Plexus, 2003.

TOLOCKA, R. E. *et al.* Como brincar pode auxiliar no desenvolvimento de crianças pré-escolares. **Revista Licere**, Belo Horizonte MG. 2009.



APÊNDICE A

Goiânia, 09 de setembro de 2021.

TERMO DE APRESENTAÇÃO

Sob a coordenação do Prof^a. Clistênia Prudenciana Diniz Ramos, professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), lotado no Campus II no Curso de Educação Física como Professor Orientador do Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação Física, Ângela Lúcia Lima Procópio, matrícula nº 2017.2.0049.0005-0, está sendo realizada a pesquisa intitulada: “Inclusão na educação física escolar”. Esta pesquisa tem como objetivo analisar se o recurso de Libras é de fato oferecido e prestado pelas escolas e qual sua contribuição para o desenvolvimento e socialização das crianças surdas nas aulas de educação física.

Solicito, portanto, autorização para a realização da referida pesquisa nesta Escola Estadual **descrever nome** de Goiânia, no estado de Goiás.

Seu nome não será solicitado e todas as informações coletadas serão mantidas em absoluto sigilo, sendo utilizadas somente para os fins desta pesquisa e em análises futuras destes mesmos dados em um prazo de até cinco anos.

Após este prazo, todos os questionários respondidos e os termos de consentimento serão incinerados. Caso necessite, estaremos à sua disposição em qualquer momento para maiores esclarecimentos sobre o andamento do estudo.

Agradecemos antecipadamente sua colaboração e em caso de dúvida em relação ao estudo poderá entrar em contato.

Assinaturas:

Prof^a. Clistênia Prudenciana D. Ramos – (Orientadora Responsável)
clistenia@pucgoias.edu.br (62) 3946-1714

Ângela Lúcia Lima Procópio – (Acadêmica Orientanda)
angelalucia.procopio@hotmail.com (62) 98575-1063

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(de acordo com a Resolução 466 de 12/12/2012 do Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), do Projeto de Pesquisa sob o título “Libras como recurso de inclusão de crianças surdas nas aulas de educação física do ensino fundamental, em escolas estaduais da região central de Goiânia, no estado de Goiás”. Meu nome é Ângela Lúcia Lima Procópio, graduando em Educação Física na Pontifícia Universidade Católica de Goiás e sou a pesquisadora responsável. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da Pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável, Prof^a. Clistênia Prudenciana Diniz Ramos nos telefones: (62) 3946-1714 / (62) 3946-1702, ou através do e-mail clistenia@pucgoias.edu.br.

Os esclarecimentos sobre todas as etapas da pesquisa serão realizados na Avenida Engler, s/n, Jardim Mariliza, Campus II da PUC GO, Goiânia-GO.

A realização da pesquisa se justifica em razão da quantidade significativa de alunos com deficiência auditiva no ensino fundamental em escolas estaduais de Goiânia, Goiás.

Os objetivos que nos levaram a realizar esta pesquisa são a necessidade de conhecer se o recurso de Libras é de fato oferecido e prestado pelas escolas estaduais e qual sua contribuição para o desenvolvimento e socialização das crianças surdas nas aulas de educação física.

Para realizar a pesquisa, os voluntários responderão a um questionário que envolve perguntas sobre sua formação profissional, conhecimento em deficiência auditiva, capacitação em Libras e apoio das escolas em atualizações e formação contínua. Além disso, questões acerca do desenvolvimento e socialização das crianças surdas no ensino regular com a aplicação de Libras.

É importante informar que se você participar da pesquisa e podermos conhecer sua opinião sobre a inclusão na educação física escolar, medidas poderão ser tomadas futuramente pelos órgãos públicos responsáveis pelas escolas para que algo seja feito para mudar e melhorar essa situação.

Você tem plena liberdade de se recusar a participar da pesquisa ou você pode retirar seu consentimento para esta participação em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. As informações que serão coletadas serão utilizadas para finalidades científicas e serão mantidas em total sigilo e nenhum nome será revelado.

Eu _____, RG _____, abaixo assinado, discuti com o Prof^a. Clistênia Prudenciana Diniz Ramos sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que a participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Goiânia, ____, de março, de 2021.

Assinatura do participante

____/____/____
Data

Assinatura do responsável pelo estudo
Prof^a. Clistênia

____/____/____
Data
Prudenciana Diniz Ramos

Diniz

Ramos

APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Questionário de pesquisa para professores de educação física do ensino fundamental de escolas estaduais da região central de Goiânia, Goiás.

Responda cada pergunta abaixo, assinalando apenas uma alternativa que melhor demonstre a sua opinião.

1. Qual seu sexo?

() Masculino. () Feminino.

2. Qual é sua idade?

() Menos de 30 anos. () De 30 a 35 anos. () De 36 a 40 anos.
() De 41 a 45 anos. () De 46 a 50 anos. () Mais 50 anos.

3. Qual foi sua formação inicial para se tornar professor?

() Ensino Médio – Magistério (antigo 2.º grau).
() Ensino Superior - Licenciatura em Educação Física.
() Ensino Superior - Pedagogia.
() Ensino Superior - Outros.

4. Você tem conhecimento sobre deficiência auditiva?

() Sim. () Não.

5. Você tem capacitação em Libras?

() Sim. () Não.

6. Para você o professor do ensino regular poderá ensinar adequadamente os alunos com deficiência auditiva, sem uma formação especializada?

() Sim. () Não.

7. Nessa escola que você trabalha é oferecida aula de Libras?

() Sim. () Não.

8. Nessa escola que você trabalha possui intérprete que acompanha o aluno com deficiência auditiva?

() Sim. () Não. () Não se aplica.

9. Na sua formação de professor, você teve alguma disciplina que o preparasse para trabalhar com alunos com deficiência auditiva?

() Sim. () Não.

10. Caso, a resposta da questão anterior seja “Sim” e levando em consideração a sua atual atividade de professor, você julga a formação que recebeu como suficiente para inclusão escolar de crianças com deficiência auditiva?

() Sim. () Não.

11. A escola que você trabalha te apoia em atualizações e formação contínua no processo de inclusão escolar para deficientes auditivos?

() Sim. () Não.

12. Caso, a resposta da questão anterior seja “Sim”, responda se você utiliza os conhecimentos adquiridos nas atividades de formação continuada para melhorar as aulas de educação física?

() Sim. () Não. () às vezes. () Não se aplica.

13. Para você a aplicação da linguagem de Libras de fato contribui para o desenvolvimento integral do aluno surdo em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social nas aulas de educação física?

() Sim. () Não. () às vezes.

14. Para você uma proposta pedagógica de Libras favorável à educação inclusiva aplicada na aula de educação física do ensino regular consegue alcançar todos os objetivos propostos da aula?

() Sim. () Não. () às vezes.

Obrigada pela colaboração!